



Editorial: Espiras pelo deserto com Mandela

Nelson Mandela morreu e os chacais da ordem já começaram a enterrar os ossos. O líder negro promoveu campanhas de desobediência civil, contestou diretamente o estado racista e, numa conjuntura de sufocamento político, chegou a pegar em armas. E por isso foi perseguido, execrado, torturado, encarcerado por 27 anos. Mas não é esse o Mandela incensado pelos grandes meios de comunicação quando de sua morte. Preferem o Mandela conciliador, aquele que teria superado velhos rancores e promovido a igualdade racial sobre as bases perfeitamente pacificadas do capitalismo, como se o seu objetivo maior fosse realizar a igualdade de todos perante a Lei. Dessa maneira, preferem um cadáver de Mandela, o Mandela das belas almas que, no máximo, buscam perfumar-se com o cheiro de engajamento. Preferem negar-lhe a história, silenciar a boca atrevida, fechando-a às lutas de hoje, – preferem isso a reconhecer o caráter constituinte de uma vida plena de conflito, irresignação, imaginação e ações diretas.

O Tata Madiba, – o Mandela dos negros, pobres, militantes e todos aqueles que lutam pela democracia racial *real*, – esse será preciso recordar por outras vias, nas revoltas, levantes, nas multidões mobilizadas num novo ciclo global de lutas. Daqui por diante, cada gesto deve ser a reafirmação de propósito de libertar Mandela – agora das unidades de pacificação do pensamento, que ainda insistem em matá-lo de novo e de novo.

Não estamos distantes das lutas de Mandela. O Brasil também é um tipo de República Voortrekker. Sempre fomos racistas. O mito do bandeirante forjou nestas terras tanto o projeto colonial de conquista e submissão das raças bárbaras, quanto a farsa do “mestiço”, segundo o que cabe ao mestiço erguer o braço armado pelo poder contra os insurgentes, e realizar em seu nome as maiores “maldades” civilizatórias. Os bandeirantes eram engrossados pela figura do mameluco paulista – o valente desbravador dos sertões sem fim, caçador de índios e destruidor de quilombos, glorificado pelo cronicário nacionalista.

Segundo Darcy Ribeiro (1995), a “subraça” dos mamelucos exerceu um papel primordial na protounificação da nação. Fabricada no ventre das índias pela violência sexual branca, ela vinha ao mundo irremediavelmente amaldiçoada. A maldição advinha de uma dupla rejeição: dos pais europeus, por serem filhos de

índia; dos índios, por terem pai branco. Aos mestiços mamelucos, o poder colonial concedia a chance de redenção pela via da violência civilizatória: empunhando a bandeira da Coroa, levantando armas em nome do projeto de dominação branca, os mamelucos poderiam purgar-se do “mal de origem”. Eram dotados, assim, de carta branca para oprimir as “raças inferiores”, recebendo como contrapartida o reconhecimento e a inclusão, embora subalternos, na ordem social da colônia. Desse modo, a miscigenação era reapropriada pelo poder colonial. Criava-se a zona intermédia das “subraças”, cujo direito de existência e orgulho próprio tinham de ser forjados sobre a superioridade e a violência civilizatória contra as “raças inferiores” (os índios, ditos “negros da terra”). Assim funcionou, já no século XV, a primeira versão das forças policiais no Brasil.

De fato, a miscigenação, embora incontornável para povoar o continente e torná-lo economicamente viável, foi desde a colônia encarada como uma grande ameaça à sociedade escravocrata. Foi objeto de grandes preocupações por parte das forças da metrópole e, segundo uma gama de estratégias e tecnologias de poder, sucessivamente refuncionalizada. Isto se realizou mediante a modulação do racismo. Em vez de um racismo “tudo ou nada”, na formação da sociedade brasileira o racismo criou escalas detalhadas e hierarquias complexas, lançando mão de todo um gradiente entre as elites brancas e o escravo. Essa modulação não só serviu para melhor controlar os fluxos e estriamentos decorrentes da miscigenação¹, como também foi usada para impedir a dissolução da desigualdade racial, plantando-a no núcleo do que se entende por “social”. Dessa especificada da colonização brasileira, se pode entender a existência de uma figura como a do capataz, o negro menos negro, o “mestiço” que põe a crueldade a serviço dos senhores brancos para frustrar o direito de fuga, a recusa ao trabalho e o quilombismo. A figura do “capataz”, na história do Brasil, reaparecerá insistentemente, desde funções mais subalternas exercidas no controle social de favelas, até altos cargos da República. Um fenômeno que não deixa de provocar perplexidade até hoje. Em tempos de rolezinhos e mobilizações de periferias e favelas, se veem autoridades, policiais, seguranças privados reprimindo, – não sem infame orgulho próprio, de vez em quando com furor assassino, – os próprios negros com quem compartilham da condição.

1 Vale retomar o debate transversal sobre miscigenação e democracia, publicado na *Revista Global* n.º 10, p. 6-12. Disponível em <http://issuu.com/globalbrasil/docs/global_10>. Ver, também, o artigo A potência da hibridação – a creolização e Édouard Glissant, por Leonora Corsini, a esta revista em seu número 25-26. Disponível em: <http://tinyurl.com/135n4dn>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2014.

Tudo isso entra em disputa e se torna instável, quando outra miscigenação – aquela acelerada pelas lutas, pela *produção do comum* – reconfigura o cenário do conflito de classe no Brasil. Nas ruas, as pessoas experimentam um tempo de densidade poucas vezes igualável, um tempo aberto à inovação democrática. As estruturas e mediações racistas são ameaçadas por uma democracia afirmada para além da velha representação. Como noutros momentos críticos, o poder constituído precisa fechar a história. Apaziguar as narrativas de luta e neutralizar os devires. E não é só a direita a temer a multidão. Formou-se no país uma “esquerda antiprotesto”. Alternando entre esquerdologia e direitologia, dedica-se de maneira orquestrada a enterrar os Mandelas – anônimos, *menores* (e nem por isso pequenos ou pouco significativos, muito pelo contrário...) – que povoam o levante da multidão.

Nesse objetivo, os representantes da “esquerda antiprotesto” reativam toda a parafernália de origem colonial de que é feito o estado bandeirante brasileiro. E não perdem o sono por isso. Põem os mamelucos pra trabalhar, substituindo a sua própria impotência em fazer multidão pela chancela de um poder racista, que agora os protege. Invocando genéricos apelos a um governo *at last* para o povo, essa esquerda se apresenta, ela própria, como partido da ordem², – e parece querer assim ser reconhecida. Assim, sem qualquer vergonha. Seus argumentos, elevados ao histriônico por uma rede mercenária de sites e blogueiros, não soam apenas como palavras. São também ameaças – e será prudente, para todos os fins de estratégia e tática, que as recebamos dessa maneira. É preciso prontidão ante o tremor da vara que, se por um lado sinaliza o medo, por outro anseia por firmar-se descendo na carne alheia – em geral, do mais vulnerável: o manifestante, o camelô, a favela, o sem teto, o pobre.

A Copa do Mundo se acerca de corações e mentes, um pouco antes das eleições para presidente, governador, senador e deputado. O tempo contrai e ganha em espessura, na medida da proliferação de protestos, catrações, rolezinhos, bem como da formação de outras redes e lugares de auto-organização e autonomia. Enquanto isso, o partido da ordem cerra fileiras, nomeia o inimigo público, caça a contingência, persegue as dissidências. Querem uma Copa da repressão, em vez da Copa dos direitos que as manifestações prefiguram. Precisam instituir-se como Uno, – largo consenso entre esquerdas e direitas, chamado “ordem” – na unidade coagida pelo estado, ao redor da estabilidade econômica e do futuro da nação, seu progresso e prosperidade propagandeados, assim como da moral e “orgulho de ser

2 Ver, a esse respeito, o editorial do número anterior, “O PT se tornou um partido da ordem e pela ordem?”

brasileiro”. Porém, a terra prometida não chega. No Rio, os serviços continuam péssimos: nalguns bairros, a água falta por semanas, a luz vacila, o atendimento médico “público” ou “privado” escasseia, o transporte “individual” ou “coletivo” (o trânsito, os trens, os ônibus) é um moinho de gastar gente, a mobilidade urbana como um todo é uma quimera, a situação da moradia (supervalorizações, remoções, despejos) um colapso.

Onde está o legado da Copa? Não apenas nos bolsos dos patrocinadores, empreiteiros, grande mídia corporativa, cartolas do futebol e da FIFA, faturando bilhões e bilhões nas costas do dinheiro usurpado de todos nós. Está, sobretudo, no reforço de um estado racista, cego para a democracia, e que vem extremando a sua vontade de ordem numa pacificação cuja paz não passa de guerra institucionalizada de consciência tranquila. Vê-se aí o legado que o poder constituído ambiciona: a erradicação do dissenso e das alternativas constituintes, um poder tolerante somente de discordâncias de mentirinha e falsos Mandelas.

Outro Mandela que importa, Huey P. Newton, escreveu que “o deserto não é um círculo, mas uma espiral. Quando passamos por ele, nada será como antes.” PhD com uma tese sobre a repressão do movimento nos Estados Unidos, o militante dos Panteras Negras nunca parou de agir e organizar. Com a serenidade de quem continua a se expor ao medo porque sabe que, só assim, se podem atravessar desertos.

Referências

CORSINI, Leonora. “A potência da hibridação – a creolização e Édouard Glissant”. In *Revista Lugar Comum*, n. 22-23, Rio de Janeiro, Universidade Nômade, p. 211-221.

NEWTON, Huey P. *I am we, or revolutionary suicide*. Disponível em: <<http://www.nathanielturner.com/revolutionarysuicide.htm>>

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

UNIVERSIDADE NÔMADE (debate coletivo). “Debate sobre mestiçagem”. In *Revista Global Brasil*, n. 10, Rio de Janeiro, Universidade Nômade, dezembro de 2010, p. 6-10. Disponível em <http://issuu.com/globalbrasil/docs/global_10>